ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Terça-feira, 26 de março de 2024

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

**SUMÁRIO**

**1 – ATAS**
1.1 – Comissões
**2 – ORDENS DO DIA**
2.1 – Plenário
2.2 – Comissões
**3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
3.1 – Comissões
**4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
**5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
**6 – ERRATA**

## ATAS

### ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/3/2024

Às 14h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BMF), Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Leleco Pimentel, por indicação da liderança do BDL) e João Magalhães (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (um ofício em 14/3/2024); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 14/3/2024); da Polícia Militar de Minas Gerais (dois ofícios em 17/11/2023; um ofício em 23/11/2023 e um ofício em 30/11/2023); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (três ofícios em 1º/11/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 1º/11/2023, um ofício em 9/11/2023, um ofício em 17/11/2023 e um ofício em 7/12/2023); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 15/11/2023, um ofício em 22/11/2023 e um ofício em 23/11/2023); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 20/12/2023); e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (um ofício em 15/11/2023). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 586/2023 (deputado Eduardo Azevedo) e 778/2023, ambos no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.173/2023 na forma do Substitutivo 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.098 a 6.103/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a

votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.578/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o déficit de efetivo, a infraestrutura e a logística das unidades prisionais do Estado, bem como para conhecer as condições de trabalho dos policiais penais, especialmente quanto à escala de serviço, inclusive em guaritas e escoltas hospitalares, e a população carcerária atual e eventual deficiência de vagas;

nº 7.583/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para o receber esta representação, nos termos do art. 310 e seguintes do Regimento Interno do TCE-MG, obrigar o Estado a cumprir a Lei nº 10.366, de 1990, e realizar o repasse da contribuição patronal, inclusive dos valores em atraso;

nº 7.607/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à transferência da Sgt. PM Fernanda Araújo Matos (Matrícula nº PM 130.646-3), atualmente lotada no Centro de Operações da Polícia Militar – Copom –, para a sala de operações da unidade, sediada no Comando de Policiamento Especializado, em Belo Horizonte, tendo em vista o alto custo e o tempo gasto com os deslocamentos;

nº 7.611/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância – Demid – pedido de providências para proceder à oitiva de Erika Morreale Diniz, Daniela de Brito Pereira e Edith Alves Muls e, mediante representação, apurar os fatos ocorridos nesta Casa, no dia 7/3/2024, durante audiência pública da Comissão de Administração Pública, quando, após pleitearem participação na citada reunião, essas senhoras foram ofendidas por Gustavo Tostes Gazzinelli com xingamentos e ameaçadas de agressão física, além de intimidadas com tentativas de registros fotográficos;

nº 7.615/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Fazenda Santa Tereza, unidade da Fundação Caio Martins, no Município de Esmeraldas, para verificar, *in loco*, a situação do imóvel, ocupado por indígenas, bem como a possível ocorrência de crimes de dano ao erário e ao patrimônio público, uma vez que, conforme divulgado, no dia 1º/1/2024 indígenas que há sete anos já haviam invadido duas casas da Fazenda Santa Tereza ocuparam um novo imóvel;

nº 7.616/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase – da Sejusp pedido de providências para que o agente socioeducativo Jonathan Oliveira Pinto Anacleto da Costa (Masp nº 1.388.701-3) seja reintegrado ao cargo de agente socioeducativo, tendo em vista a absolvição ocorrida no Processo Administrativo Disciplinar Sei nº 1520.01.000342/2020-95, dando provimento ao recurso hierárquico e absolvendo-o das imputações de enquadramento no art. 250, inciso IV, da Lei nº 869, de 1952;

nº 7.622/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita às unidades prisionais do Estado para fiscalizar o efetivo, a infraestrutura e as condições de trabalho dos policiais penais;

nº 7.639/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que seja revista a orientação quanto à aplicação do art. 1º, § 2º, da Lei nº 21.068, de 2013, especificamente quanto à determinação de suspensão do porte de arma de fogo de policiais penais afastados por concessão de licença para tratamento de saúde ou amparados em atestado médico;

nº 7.640/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja analisada a legalidade dos atos de inadmissão dos candidatos que concorrem às vagas reservadas para pessoas com deficiência no âmbito do concurso público para provimento de cargos da carreira de agente de segurança penitenciário-policial penal do quadro de

pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e, constatada eventual ilegalidade, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;

nº 7.643/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para considerar, em relação à indicação ao Instituto de Identificação, constante do Requerimento em Comissão nº 7.128/2024, o objeto "aquisição de veículo tipo VAN/Minivan para emissão de carteiras de identidade e demais necessidades do Instituto de Identificação"; e, em relação à indicação ao Centro Odontológico, para observar o objeto "Conforme necessidades do Hospital da Polícia Civil";

nº 7.644/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para conhecer e debater o substitutivo a ser apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 65/2021, que altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG;

nº 7.660/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a liberação de novas viaturas para o Município de Capelinha, em atendimento à solicitação da 23ª Companhia de Polícia Militar Independente da 14ª Região de Polícia Militar – 1ª Pelotão de Capelinha;

nº 7.681/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o início do Curso de Formação Técnico-Profissional, referente à última etapa do concurso público para agente socioeducativo, regido pelo Edital Sejusp nº 1/2022;

nº 7.682/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, em caráter de urgência, dar proteção, auxílio e assistência ao Cb. PM Jadson Ferreira Chaves, bem como à sua família, todos vítimas de ação criminosa ocorrida no dia 8/3/2024;

nº 7.683/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para, mediante força-tarefa conjunta, investigarem o atentado sofrido pelo Cb. PM Jadson Ferreira Chaves e sua família, vítimas de ação criminosa ocorrida no dia 8/3/2024, e para adotarem as medidas cabíveis em relação a esse atentado;

nº 7.684/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as demandas do sistema socioeducativo, entre as quais a adoção exclusiva do formato de cogestão em determinadas unidades socioeducativas do Estado; o exercício do poder de polícia pelo setor privado; a transferência ou a remoção de agentes de segurança socioeducativos; a ocorrência de fugas e outros incidentes; a precarização da estrutura de pessoal do sistema, com, por exemplo, a previsão de cláusula de barreira no Edital nº 1/22; e a morosidade do concurso público vigente, num contexto em que o déficit de efetivo já alcança o patamar de 1.337 servidores;

nº 7.685/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para planejarem e executarem operação de repressão qualificada em resposta ao atentado sofrido pelo Cb. PM Jadson Ferreira Chaves e sua família, vítimas de ação criminosa ocorrida no dia 8/3/2024;

nº 7.686/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, em caráter de urgência, instaurar inquérito e aprofundar as investigações do atentado sofrido pelo Cb. PM Jadson Ferreira Chaves e sua família, vítimas de ação criminosa ocorrida no dia 8/3/2024;

nº 7.687/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Teófilo Otôni, para debater medidas eficazes para conter a criminalidade local, bem como para fazer cessar ocorrências de violência como as atribuídas a duas facções rivais, PCC e Comando Vermelho;

nº 7.688/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para apurar denúncias sobre suposto abuso de poder e de autoridade, assédio moral e outras arbitrariedades praticados pelo Sr. José Maria dos Santos Malta, diretor regional da 6ª Região Integrada de Segurança Pública, em especial em desfavor do policial penal Juliano Aparecido Duque, lotado no Presídio de Campo Belo;

nº 7.715/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater medidas eficazes para conter a criminalidade no Município de Teófilo Otôni, bem como para fazer cessar ocorrências de violência como as do dia 13/3/2024, em que, segundo relatos, membros do Comando Vermelho realizaram disparos para o alto, durante cerca de 15 minutos, como demonstração de força, na tentativa de tomar o Bairro Alto do Eucalipto, conhecido por ser território dominado pelo PCC;

nº 7.716/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Presídio Inspetor José Martinho Drumond – Presídio de Ribeirão das Neves I e Presídio de Ribeirão das Neves II –, no Município de Ribeirão das Neves, para fiscalizar, *in loco*, as condições de trabalho dos policiais penais, especialmente os escalados nas guaritas e em escoltas hospitalares; o efetivo existente e a escala de serviço; e a infraestrutura local, se adequada à segurança necessária no estabelecimento, entre outros aspectos, considerando-se que a entrada de ilícitos no presídio seria constante;

nº 7.718/2024, dos deputados Delegado Christiano Xavier e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a resolução em conjunto da situação ilegal de integrantes da Polícia Civil estarem realizando o transporte de presos em todo o Estado, desrespeitando os ditames das Leis nºs 13.054, de 1998, e 14.695, de 2003, e da Lei Complementar nº 84, de 2005, que há mais de uma década atribui essa função à Polícia Penal, especificando-se para a Sejusp: que realize todas as escoltas de presos no Estado por intermédio da Polícia Penal e que se abstenha de solicitar ou permitir que a PCMG realize tal atribuição; para a Seplag: que forneça os devidos equipamentos e viaturas à Polícia Penal e, ainda, que realize concursos públicos para incremento dos quadros de policiais penais, com a finalidade de estruturar a instituição e, assim, permitir que ela desempenhe de forma exclusiva a atividade de transporte de presos no Estado; e para a PCMG: que se empenhe em cobrar da Sejusp e da Seplag a imediata interrupção de realização de escoltas de presos no Estado pela Polícia Civil, a fim de que os integrantes da instituição, que já está com seus quadros defasados em mais de 50%, concentrem-se na realização da função precípua de polícia judiciária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/3/2024

Às 9h40min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e o deputado João Magalhães (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do Bloco Avança Minas), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A

presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os impactos do Decreto nº 48.715, de 26 de outubro de 2023, que promoveu alterações no Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.235/2023, no 1º turno, do qual avoca a relatoria. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.734/2024, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita ao imóvel de propriedade da Cemig na Avenida Afonso Vaz de Melo, nº 1.936, Barreiro, no Município de Belo Horizonte, para avaliar as condições técnicas para implementação de uma unidade do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG;

nº 7.741/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja formulada manifestação de apoio aos técnico-administrativos em educação da UFMG, do Cefet-MG, da UFVJM e do IFMG pela deflagração de greve por tempo indeterminado devido às reivindicações que visam à reestruturação das carreiras e à recomposição salarial;

nº 7.742/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, em que requerem seja formulada manifestação de apoio aos profissionais da Rede Municipal de Educação de Contagem pela deflagração de greve por tempo indeterminado devido às reivindicações por abertura de diálogo com o Poder Executivo Municipal e pela luta em defesa de reajuste salarial e valorização.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: Sras. Andrea Mara Macedo, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e membro do conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC –, representando o presidente da SBPC; Cristiana Ferreira Alves de Brito, representante da Secretaria Regional de Minas Gerais da SBPC; e Selma Fabiana Bazan, vice-presidenta da Regional Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG –, representando o presidente da ANPG; e Srs. Ado Jorio de Vasconcelos, membro da Academia Brasileira de Ciências, representando a presidenta dessa academia; Aurélio Alves Ferreira, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG; Carlos Alberto Arruda de Oliveira, presidente da Fapemig; Carlos Henrique Martins da Silva, vice-reitor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Conrado de Souza Rodrigues, vice-diretor geral do Cefet-MG; Demetrius David da Silva, reitor da Universidade Federal de Viçosa – UFV; Eduardo Jardel Veiga Gonçalves, diretor de Relações Institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM; Fernando Marcos dos Reis, pró-reitor de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Guilherme da Cunha Andrade, secretário executivo da Secretaria de Estado Adjunta de Desenvolvimento Econômico, representando o secretário de Estado de Governo; Heron Laiber Bonadiman, reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; João Chrysostomo de Resende Júnior, reitor da Universidade Federal de Lavras – Ufla; Marcelo Pereira de Andrade, reitor da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Mario Neto Borges, ex-presidente da Fapemig e do CNPq e ex-reitor da UFSJ; Odir Dellagostin, presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, professor aposentado do Departamento de Bioquímica e Imunologia da UFMG; Rafael Bastos, reitor do IFMG; e Sandro Amadeu Cerveira, reitor da Universidade Federal de Alfenas – Unifal. Registra-se a presença da deputada Leninha e do deputado Professor Cleiton. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Macaé Evaristo, presidenta.

**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/3/2024**

Às 9h43min, comparece à reunião a deputada Macaé Evaristo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Macaé Evaristo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a condição docente de professores da educação básica, por ocasião da realização do Seminário Internacional de Pesquisa em Educação – Prodoc. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: das Sras. Andrea Moreno, diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, e Maria Rosária Barbato, presidenta do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – Apubh; e dos Srs. Emílio Tenti Fanfani, professor da Universidad de Buenos Aires, na Argentina, e João Valdir Alves de Souza, professor de Sociologia da Educação da UFMG. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

## ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/3/2024, ÀS 14 HORAS**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 710/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações acerca dos investimentos e manutenções nos trechos das Rodovias MG-129, entre Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, MG-443, entre o Distrito de Lobo Leite e Ouro Branco, e MG-30, entre a alça da BR-040 e o Distrito de Lobo Leite. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.118/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS – pedido de informações sobre o não cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho da MGS de 2023, que estabelece reajuste salarial das categorias que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.201/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre os termos de formalização do convênio entre o governo do Estado e o governo federal para que o Estado assuma a gestão da BR-356, no trecho que liga o entroncamento que dá acesso ao Município de Ouro Preto, na BR-040, região do Condomínio Alphaville, em Nova Lima, até a cidade de Mariana, tendo em vista a inclusão dessa rodovia no Plano de Concessão-Privatização do Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Segov. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.810/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de pacientes com diagnóstico de linfedema no Estado, detalhado por macrorregião e microrregião de saúde e por município, bem como sobre quais são os prestadores de serviços de atenção vascular no SUS-MG que atendem pacientes com linfedema, conforme produção lançada no TAB-WIN. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.282/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o pagamento de diárias no âmbito da corporação, especificamente se compreende o valor total ou fracionado das despesas com alimentação, estadia e deslocamento, consubstanciadas em relatório contendo nome, graduação, posto e lotação dos policiais militares que receberam essa verba indenizatória nos anos de 2021 a 2023, distribuídos por região e batalhão, com os respectivos valores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.409/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os resultados do censo, feito no Município de Timóteo, para mapear a situação de fios, cabos, cordoalhas e equipamentos instalados nos postes do referido município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.623/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a implementação do serviço de intendência nas unidades socioeducativas do Estado, especificando o cronograma e os prazos para a construção ou adequação dos espaços físicos destinados à instalação das intendências, para a aquisição dos insumos necessários ao funcionamento do serviço, para a capacitação de pessoal e para a adequação de atividades de rotina das unidades com as atividades de intendência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.783/2023, do deputado Caporezzo, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações acerca da localização, distribuição e listagem dos portfólios de serviço operacional em que estão sendo empenhadas cada uma das 53 viaturas semiblindadas recentemente adquiridas por meio de investimento, fruto de convênio federal, da ordem de R$16.500.000,00. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.793/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações e os projetos executados com recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – no Estado, sua execução orçamentária e o possível contingenciamento de seus recursos entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024, bem como se o Projeto de Lei nº 2.885/2021, que trata da revisão do marco legal do Fhidro e foi arquivado ao final da legislatura passada, será reapresentado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.794/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações que a secretaria de que é titular vem desenvolvendo para apoiar os municípios do Estado na correta gestão e disposição dos resíduos sólidos e na erradicação dos lixões,

bem como sobre a evolução dos dados dos municípios mineiros relativos à disposição desses resíduos, demonstrando quantos são atendidos por aterros sanitários, por aterros controlados ou por usinas de triagem e compostagem e quantos ainda possuem lixões, em relação ao biênio 2023-2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.795/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações que a secretaria de que é titular vem desenvolvendo para apoiar a universalização do saneamento até 2033 e a regionalização dos serviços no Estado, em cumprimento ao disposto no Novo Marco Legal de Saneamento, a Lei nº 14.026, de 2020, esclarecendo-se se o Projeto de Lei nº 2.884/2021, que trata da instituição das unidades regionais de saneamento no Estado e que foi arquivado ao final da legislatura passada, será reapresentado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.815/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as questões que especifica, relativas ao desenvolvimento da política para efetivação da educação escolar quilombola no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.001/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca da perspectiva de abertura de concurso público para docente na área de direito, especialmente para a unidade de Passos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.009/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o histórico do quantitativo de ocorrências de atos e ameaças de violência relacionados ao ambiente escolar em 2022 e 2023 no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.011/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as medidas adotadas pelo órgão central para implementação da Lei nº 23.366, de 2019, que institui a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação; as ações realizadas pelas escolas estaduais em decorrência da política estadual de promoção da paz nas escolas; o cumprimento das estratégias 2.4, 3.7, 7.18 e 7.22 do Plano Estadual de Educação – Lei nº 23.197, de 2018; e o trabalho realizado pelas equipes dos núcleos de acolhimento educacional – NAE. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.013/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a evolução do quantitativo de ocorrências registradas pelo Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos relacionadas ao ambiente escolar desde a sua criação até setembro de 2023. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

**2ª Fase**

Votação, em turno único, do Veto nº 3/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.464, que isenta de pagamento de pedágio nas vias públicas estaduais, nos termos que especifica, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto nº 4/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.465, que dispõe sobre a proteção do consumidor, especialmente o idoso, o analfabeto, o doente ou aquele em estado de vulnerabilidade, contra publicidade, oferta e contratação abusivas de produto, serviço ou crédito bancário. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 180, que regulamenta o §19 do art. 36 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a imunidade tributária em razão de doença incapacitante, no âmbito do regime próprio de previdência social, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

**3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 42/2024, do governador do Estado; Projetos de Lei nºs 1.546/2023, da deputada Macaé Evaristo; 110/2019, do deputado Noraldino Júnior; 794/2019, da deputada Marília Campos; 1.076/2019, do deputado Bruno Engler; 1.098/2019, do deputado Thiago Cota; 2.477/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.481/2021, do deputado Zé Guilherme; 3.402/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.523/2022, do deputado Doorgal Andrada; 3.599/2022, da deputada Beatriz Cerqueira; 3.803/2022, do deputado Coronel Sandro; 3.847/2022, da deputada Ione Pinheiro; 834/2023, do deputado Coronel Henrique; 892/2023, do deputado Enes Cândido; 1.018/2023, da deputada Chiara Biondini; 1.056/2023, do deputado Gustavo Valadares; 1.125/2023, do deputado Lucas Lasmar; 1.272/2023, do deputado Zé Guilherme; 1.369/2023, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.412/2023, da deputada Alê Portela; 1.466/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier; 1.541/2023, do deputado Adriano Alvarenga; 1.568/2023, do deputado Dr. Maurício; 1.990/2024, da Defensoria Pública; 1.959/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 2.112/2024, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 308/2023, do deputado Betão; 829/2023, do deputado Charles Santos; 1.814/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.846/2023, do deputado Arlen Santiago; 1.867 e 1.871/2023, do deputado Enes Cândido; 1.879/2023, do deputado Doorgal Andrada; 1.886/2023 e 1.942/2024, do deputado Roberto Andrade; 1.948/2024, do deputado Coronel Sandro; 1.957/2024, do deputado Duarte Bechir; 1.963/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.966/2024, do deputado Fábio Avelar; 1.971/2024, da deputada Chiara Biondini; 1.989/2024, do deputado Enes Cândido; 2.004 e 2.005/2024, da deputada Alê Portela; e 2.006/2024, do deputado Carlos Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.896/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.137 e 6.139/2024, da Comissão de Administração Pública; 6.156, 6.202 e 6.237/2024, do deputado Sargento Rodrigues; e 6.180/2024, do deputado Grego da Fundação.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 840/2023, do deputado Professor Cleiton; e 1.142/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.463/2020, do deputado Betão; e 329/2023, do deputado Ricardo Campos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.167 e 6.168/2024, do deputado Grego da Fundação.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.913/2024, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência de convidados destinada a debater a relevância do Coletivo de Mulheres da ALMG, durante ação comemorativa do Dia Internacional da Mulher, e a proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.224/2017, do deputado Nozinho.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 924/2023, do deputado Caporezzo; 416/2023, da deputada Alê Portela; 9/2023, do deputado Grego da Fundação; 612/2023, da deputada Nayara Rocha; 641/2023, do deputado Rodrigo Lopes; 1.782/2023, do governador do Estado; e 1.903/2023, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.830/2023, do deputado Tadeu Martins Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.085/2021, do deputado Tito Torres; 1.011/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 1.543/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 294/2019, do deputado Arlen Santiago, e 1.387/2023, da deputada Maria Clara Marra.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.229/2023, do deputado Alencar da Silveira Jr..

Requerimentos nºs 6.013, 6.060, 6.061 e 6.204/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 6.047/2024, do deputado Douglas Melo; e 6.250/2024, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/3/2024**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2024, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância de uma política de carreira do ensino superior e sua valorização salarial, por ocasião do lançamento da campanha salarial de 2024 da categoria.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.551/2023, do deputado Ulysses Gomes, e 1.831/2023, do deputado Tadeu Martins Leite; de votar, em turno único, o Requerimento nº 6.252/2024, do deputado Duarte Bechir; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Tito Torres, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Elismar Prado e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Marquinho Lemos, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.137 e 6.139/2024, da Comissão de Administração Pública, 6.156, 6.202 e 6.237/2024, do deputado Sargento Rodrigues, e 6.180/2024, do deputado Grego da Fundação, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os resultados finais da pesquisa coletiva do Núcleo de Pesquisa sobre Condição e Formação Docente – Prodoc – sobre a condição docente de professoras e professores da rede estadual de educação de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.137 e 6.139/2024, da Comissão de Administração Pública, 6.156, 6.202 e 6.237/2024, do deputado Sargento Rodrigues, e 6.180/2024, do deputado Grego da Fundação, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**PARECER SOBRE O VETO Nº 10/2024, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.638**

**Comissão Especial**

**Relatório**

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei n° 25.638, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 115/2024, publicada no *Diário do Legislativo* de 23/2/2024.

Constituída esta comissão, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, II, do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

**Fundamentação**

O governador do Estado, por meio da Mensagem nº 115/2024 encaminhou a esta Assembleia Legislativa as razões do veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 25.638, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio de 2024-2027 – PPAG 2024-2027.

Conforme a mensagem, os órgãos afetos ao objeto da proposição, entre os quais a Secretaria de Estado de Governo – Segov – e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – foram ouvidos.

O veto recai sobre o inciso 39 constante no Anexo III da proposição. O inciso 39 cria a ação Gestão da aplicação dos Recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – no âmbito do programa 071 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Tal ação possui como finalidade a gestão do montante de recursos destinados ao atendimento das despesas não previstas do FEM, em virtude da aprovação da Lei nº 24.471, de 29 de setembro de 2023, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A ação possui, ainda, como meta física em 2024, 100 aportes realizados para o público-alvo "administração pública estadual" e meta financeira estimada em R$1.026.217.800,00 (um bilhão vinte e seis milhões duzentos e dezessete mil e oitocentos reais), com unidade orçamentária no Fundo Estadual de Assistência Social – Feas – e recursos provenientes do FEM. Para os anos de 2025, 2026 e 2027, a meta física permanece a mesma – 100 aportes realizados –, e a meta financeira possui a estimativa de R$1.067.266.512,00 (um bilhão sessenta e sete milhões duzentos e sessenta e seis mil e quinhentos e doze reais), em 2025; R$1.109.957.172,00, (um bilhão cento e nove milhões novecentos e cinquenta e sete mil e cento e setenta e dois reais), em 2026; e R$1.143.255.888,00 (um bilhão cento e quarenta e três milhões duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e oitenta e oito reais), em 2027.

A mensagem do governador explica que o veto ao inciso 39 motiva-se por contrariar as previsões da Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a instituição, gestão e extinção de fundos estaduais, e da Lei nº 19.990, de 29 de dezembro de 2011, que cria o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, ao transferir a sistemática de gestão e controle dos recursos desse fundo ao Feas. Segundo esse documento, haverá, assim, divergência de governança da gestão dos recursos do FEM. São administradores do FEM, conforme a Lei nº 19.990, de 2011, a Seplag e o grupo coordenador, o qual tem a competência de elaborar o Plano Mineiro de Combate à Miséria e aprovar anualmente o plano de trabalho, além de ser composto por representantes de nove secretarias, nove conselhos de políticas públicas, entre outros. Já o Feas é regido pela Lei n°12.227, de 2 de julho de 1996, que cria o Fundo Estadual de Assitência Social – Feas – e determina que seus recursos sejam gerenciados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, sob a orientação e nos termos de deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas. Ao transferir a governança dos recursos do FEM para o Feas, haverá o descumprimento da Lei Complementar nº 91, de 2006, e da Lei nº 19.990, de 2011. Como expressamente descrito na Mensagem nº 115,

seguindo as regras previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, norma de caráter nacional e recepcionada com status de lei complementar, bem como na Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006, a Lei nº 19.990, de 2011, atribuiu a gestão do FEM e, consequentemente, a gestão das receitas resultantes da aplicação do disposto no § 1º do art. 82 do ADCT, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e condicionou a liberação de recursos à aprovação de seu grupo coordenador de caráter transversal, integrado por representantes do poder público e de conselhos de políticas públicas – inclusive o Conselho Estadual de Assistência Social – com áreas de atuação compatíveis com os objetivos aos quais se vinculam os recursos.

Ressaltamos aqui que, de fato, a alocação de recursos do FEM na unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social gera um conflito normativo quanto à governança dos dois fundos, tendo em vista o que determina a Lei n°12.227, de 1996, que cria o Feas, e a Lei nº 19.990, de 2011, que cria o FEM.

Dessa forma, entendemos que os argumentos apresentados pelo governador do Estado procedem e que eventuais necessidades de aporte de recursos do FEM para o financiamento de programas e ações sociais de erradicação da pobreza e da extrema pobreza podem ser sanados por meio de autorização de abertura de crédito suplementar, como a que se encontra em tramitação por meio do Projeto de Lei nº 1.978/2024.

**Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do Veto parcial nº 10/2024, referente à Proposição de Lei nº 25.638.

Sala das Comissões, 25 de março de 2024.

Cássio Soares, presidente e relator – João Magalhães – Gil Pereira – Thiago Cota – Bella Gonçalves (voto contrário).

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 419/2023**

**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

**Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Camanducaiense, com sede no Município de Camanducaia.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Camanducaiense, com sede no Município de Camanducaia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca incentivar e promover a prática esportiva em geral na cidade de Camanducaia, por meio de campeonatos, torneios e outros eventos esportivos e sociais, implementar ações visando melhorias das condições de vida da comunidade e desenvolvimento social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 419/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de fevereiro de 2024.

Coronel Henrique, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.277/2023**

**Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

**Relatório**

De autoria do deputado Eduardo Azevedo, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Filho Pródigo, com sede no Município de Divinópolis.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e outras Drogas. A primeira delas examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.277/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Filho Pródigo, com sede no Município de Divinópolis.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, acolher, tratar e recuperar dependentes químicos, criar programas de qualificação profissional para jovens e adultos, promover ações de assistência social para famílias em situação de risco e promover campanhas recreativas e culturais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Beneficente Filho Pródigo, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.277/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2024.

Luizinho, relator.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 25/3/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Iuri Cristiano Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Joyce Palhoni Canto, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Lorrayne Alves Teixeira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2024**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais TCE-MG. Objeto: aprimoramento das atividades de fiscalização e controle externo. Vigência: dois anos contados a partir da data da publicação, renováveis por igual período.

## ERRATA

**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/12/2023**

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/3/2024, nas págs. 84 e 85.